

Economia não crescerá em dois anos

Brasília — Jamil Bittar

Carlos Alberto Sardenberg

BRASILIA — Sem choques, sem invenções, o governo Collor está anunciando uma política econômica a mais ortodoxa possível. Isso significa: o governo pretende cortar gastos, reduzir suas dívidas e aumentar receitas, de tal modo que, em 1993, não haja mais déficit público, ou seja, que ao final do ano sobre dinheiro nas contas do governo, em vez de faltar, como tem acontecido nas últimas duas décadas. É um esforço enorme. Este ano, deve faltar nas contas do setor público (incluindo governo federal, estatais, estados e municípios) algo como US\$ 9,6 bilhões (um déficit de 2,4% do Produto Interno Bruto). Para 1993, a meta é superávit de 0,6%, uma sobra de US\$ 2,4 bilhões. Portanto, o setor público vai economizar e/ou ganhar receita num total de US\$ 12 bilhões. O custo disso: mais dois anos sem crescimento econômico. Ou dois anos de ajuste fiscal, como se chama essa política de contenção e encolhimento do setor público. O benefício esperado: a estabilidade da economia e a retomada do crescimento sem inflação.

Esta é a mensagem que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, apoiado por assessores, transmitiu ontem a um grupo de jornalistas chamados ao ministério, em Brasília, para sofrer um "choque de verdade". A exposição central, com numerosas transparências, coube ao secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, que tinha feito a mesma exposição anteriormente ao Conselho da República, para o ministério e para as lideranças do Congresso Nacional. Consiste, em resumo, no seguinte: mostra o tamanho do buraco do setor público no Brasil; mostra como, há duas décadas, o país vem empurrando com a barriga e financiando o déficit público através de inflação (com o governo aumentando suas dívidas e emitindo dinheiro); mostra que são necessárias soluções definitivas (e as indica) se o país quiser inverter o que tem acontecido, um empobrecimento generalizado.

Cálculos do governo indicam que o país perdeu na década de 80 nada menos que US\$ 530 bilhões, produtos e serviços que deixaram de ser gerados por falta de uso da capacidade instalada e pela má qualidade dos investimentos feitos no período. E se o país tivesse crescido nos anos 80 conforme as taxas históricas verificadas desde os anos 40 até a década de 70 (em torno de 7% ao ano), teria produzido US\$ 1 trilhão a mais (ou seja, perderam-se quase três PIBs, calculados aqui em US\$ 400 bilhões).

Quatro fases — Marcílio Mar-

ques Moreira disse que a política econômica tem "quatro vertentes". A primeira é administrar a conjuntura de curto prazo e os instrumentos são: austeridade no gasto do governo; uma reforma tributária a ser aprovada ainda este ano para render recursos já em 1992; a política monetária restrita (juros altos); e a política de preços (a serem contidos com mais abertura da economia, inclusive para importações) e de salários.

A segunda vertente é o Emendão — o conjunto de propostas de reforma constitucional que, se aprovado, permite a realização de um enorme ajuste fiscal. A terceira vertente, uma reforma fiscal e tributária mais profunda, inclusive mudando as relações entre União e Estados e Municípios. Aqui entram também as privatizações, na medida que reduzem a dívida do Estado. A quarta é o Projeto de Reconstrução Nacional, o Projetão, que, nas palavras de Marcílio, leva o Brasil à modernidade, com uma economia aberta, o Estado se ocupando apenas, e bem, de educação, saúde, segurança, habitação e transporte de massa, deixando a atividade propriamente produtiva para a iniciativa privada, nacional e estrangeira.

Sem choques — A crise fiscal brasileira é fácil de ver nas transparências exibidas por Roberto Macedo. Tudo piorou de 1975 para cá. A inflação cresceu sistematicamente, os investimentos caíram (de 25% do PIB em 1975 para 16% no período 1985/90); a poupança caiu (o setor público passou a ter poupança negativa, ou seja, "não faz nem para o gasto de custeio", na simplificação de Macedo); o dinheiro externo encolheu; as dívidas do setor público aumentaram; os serviços públicos pioraram; a infra-estrutura se deteriorou (sendo as estradas a perda mais visível).

O centro de todo o problema, inclusive da inflação, é o déficit do setor público. Um dos gráficos que o secretário Macedo mais aprecia é um que mostra relações entre choques, inflação e déficit público. Mais concretamente: nos cinco choques de 1986 para cá (planos Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e 2), o padrão é o mesmo. A inflação cai subitamente e logo volta a patamares mais altos. Em todo o período, o déficit do setor público só aumenta. Ou seja, o choque nunca funciona porque não se resolve o déficit público. Macedo mostrou que a inflação tende a recrudescer menos fortemente agora porque o governo federal fez, no ano passado e neste, forte contenção nas suas contas.

Mas é preciso fazer muito mais. Esse é o plano do governo Collor agora: "Fazer o ajuste fiscal de uma vez por todas", como disse o ministro Marcílio Marques Moreira.



Passarinho acompanhou exposição de Marcílio à imprensa

Contas do Setor Público (em % do PIB)

Essas contas mostram como o setor público chegará em 1993, desde que se faça uma boa negociação da dívida externa e desde que se cumpra todo o ajuste fiscal previsto no Emendão. O governo pretende reduzir o pagamento de juros externos e internos mas as despesas totais devem crescer quase 1% do PIB. O esforço é conter a explosão dessas despesas. Nas receitas, o governo perde ao reduzir a emissão de dinheiro e ao reduzir a tomada de empréstimos externos e internos (financiamentos). E pretende ganhar quase 4% do PIB com aumento de receita, isto é, de impostos.

	1991	1992	1993
Despesas totais (juros)	34,64	35,68	35,88
Juros da dívida interna	2,15	3,20	2,09
Juros da dívida externa	1,65	1,40	1,31
Receitas totais	36,04	37,68	39,88
Financiamento interno	0,60	1,49	-1,04
Financiamento externo líquido	-0,76	-0,09	-0,07
Ganhos com emissão de moeda	2,50	1,20	0,50
Resultado primário (despesas mais receitas)	1,40	2,00	4,00
Resultado operacional (total menos os juros)	-2,40	-2,60	-0,61